

DISSIDÊNCIAS SEXUAIS EM TEMPOS PANDÊMICOS: PRECARIEDADE DA VIDA, NECROPOLÍTICA E CONSERVADORISMO¹

Marco José de Oliveira Duarte

Pós-Doutor, Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pesquisador do CNPq, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) e Coordenador do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ - CeR-LGBTQI+ da UFJF, marco.duarte@uffjf.br;

Dandara Felícia Silva Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Pesquisadora do GEDIS/CNPq e colaboradora do CeR-LGBTQI+ da UFJF, dandaradoxum@gmail.com;

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir criticamente sobre as atividades acadêmicas, profissionais e militantes junto às demandas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não binários e intersexos (LGBTQI+) no contexto de pandemia do coronavírus, a partir de um Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) em uma cidade da zona da mata mineira. Trata-se de uma intervenção militante, com dimensão investigativa, que tem como princípio ético-político a afirmação, a defesa e a promoção das vidas e das sexualidades

1 Desdobramento analítico da pesquisa “Serviço social, diversidade sexual e de gênero: políticas públicas e direitos humanos”, financiado como bolsa de produtividade em pesquisa pelo CNPq, pelo Processo: 308150/2018-0.

dissidentes que tentam resistir a todas as formas de discriminação e preconceito, amplamente denominado de LGBTQIfobia ou não, e que, particularmente, confrontam-se, nos espaços públicos e privados, sob a égide da moral sexual conservadora e burguesa na ordem da sociabilidade atual capitalística. No contexto de calamidade na saúde pública, em decorrência da pandemia do coronavírus, também conhecido como COVID-19, houve uma radical mudança de tudo do que se pensava ser “normal” até então na cotidianidade de diversos sujeitos. Contudo, para a população LGBTQI+ só se fez aumentar e agravar precariedades e vulnerabilidades. Desse modo, essa pesquisa tenta responder às questões críticas que atravessam este momento presente, impostas pelo distanciamento social, a quarentena, as ineficácias das políticas e governos, as perdas em diversas dimensões da vida social e muito mais. Trazendo implicações reais para a população LGBTQI+ em tempos de coronavírus, com ofensivas anti-gênero e anti-LGBTQI+ que caracterizam o conservadorismo contemporâneo no aniquilamento dos sujeitos dissidentes da ordem cisheterossexista e da moral cristã.

Palavras-chave: Dissidências sexuais, Precariedade da vida, Necropolítica, Conservadorismo.

Introdução

No contexto internacional de calamidade na saúde pública, como institui a Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência da pandemia do novo coronavírus, também conhecido como COVID-19², houve uma radical mudança na cotidianidade de diversos sujeitos. Mas para a população LGBTQI+ só se fez aumentar e agravar precariedades, vulnerabilidades e desigualdades radicais.

O objetivo deste trabalho é refletir criticamente sobre os efeitos da pandemia, a partir das atividades, questões e demandas que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não binários e intersexos (LGBTQI+) apresentam, nesse contexto pandêmico, ao Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) de Juiz de Fora, programa de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Neste sentido, em uma perspectiva crítica, corroboramos com Curiel (2020), ao afirmar que “la pandemia del COVID-19 ha venido a develar lo que ya sabíamos: una desigualdad social impresionante con sus racismos, sexismos, heterosexismos y empobrecimiento. Devela además que la acumulación capitalista es un sistema de muerte (CURIEL, 2020, p. 276).

Portanto, é nesse contexto de morte, como estratégia e política por parte do Estado brasileiro, que emerge, em nossa análise, o conceito de necropolítica elaborado por Mbembe (2018), que descreve, especificamente, como, nas sociedades capitalistas, o Estado define *quem deve viver* e *quem deve morrer*. Ou seja, sobre um poder de determinação sobre a vida e a morte ao desprover o status político dos sujeitos. Observa-se que há uma diminuição ao biológico que desumaniza e abre espaço para todo tipo de arbitrariedade e inumanidade.

2 A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causa a COVID-19, há mais de um ano e alguns meses, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, no mundo, registra-se hoje 162.303.342 casos infectados e 3.365.663 mortes. No Brasil, esses dados são de 15.436.827 de infectados e de 430.596 mortos, localizando-se, durante muito tempo, em segundo lugar no ranking mundial, abaixo apenas dos Estados Unidos da América. Contudo, em decorrência de uma nova variante na Índia, esse país eleva-se ao segundo lugar, colocando o Brasil em terceiro. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 14 maio de 2021.

Assim, articulado a esse conceito, tratamos também de um outro debate teórico-conceitual que nos é ofertado pela Butler (2015, 2019a e 2019b) que é vidas precárias, na perspectiva de focarmos nosso olhar para os sujeitos LGBTQI+ e suas estratégias de (re)existências em contextos radicais das vulnerabilidades, precariedades e desigualdades que esses se encontram.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa-intervenção, que tem como princípio ético-político a afirmação, a defesa e a promoção de direitos de viver de sujeitos LGBTQI+ em suas expressões singulares e coletivas, com subjetividades, singularidades, diferenciações de gêneros e sexualidades dissidentes, que tentam resistir a todas as formas de discriminação, opressão e preconceito, ou seja, LGBTQIfobia, e que, particularmente, confrontam-se, nos espaços públicos e privados, sob a égide da moral sexual conservadora e burguesa na ordem da sociabilidade atual capitalística.

A investigação tenta responder às questões críticas que atravessam este momento histórico presente da pandemia, impostas pelo distanciamento social, a quarentena, as ineficácias das políticas e ações governamentais, as perdas em diversas dimensões da vida social e muito mais. Para tanto, toma-se os conceitos de vidas precárias (BUTLER, 2015, 2019a e 2019b) e de necropolítica (MBEMBE, 2018), tendo como cenário as atividades e experiências em curso pelo CeR-LGBTQI+.

Referencial teórico

Quando as identidades sexuais e de gênero são dissidentes, respectivamente, do heterossexismo compulsório e da cisgeneridade como regra naturalizada, observa-se que essas normatizações que orientam a lógica e a moral sexual dominantes nos espaços sociais, familiares, educacionais, de saúde dentre outras instituições na ordem pública, produzem invisibilidade, silenciamento, rotulações ou aniquilamentos. Assim, em uma perspectiva biopolítica, o enquadramento desses sujeitos às identidades afetivo-sexuais e ao binarismo de sexo-gênero, do nascimento à morte, impõe-se à esses sujeitos, com seus corpos, vidas e subjetividades, o lugar de não-humanos, de exclusão,

de violência, preconceitos, discriminações e morte, causados pelo ódio ou aversão (BORRILLO, 2010), denominado como LGBTQIfobia.

É nesse sentido, portanto, que se toma o conceito de vidas precárias (BUTLER, 2015, 2019a e 2019b), tendo em vista que o mesmo vincula-se à forma como são identificados os que exercem suas sexualidades dissidentes, e, em particular, LGBTQI+, vistos ainda como abjetos, que “designa[m] aqui precisamente aquelas zonas ‘inabitáveis’ da vida social que, no entanto, estão densamente povoadas por quem não goza da hierarquia dos sujeitos” (BUTLER, 2019a, p. 20), marginais, não-humanos, não reconhecidos em seus direitos em sua vida nua. Assim, como nos afirma Butler (2015) nem tudo que está vivo é uma vida, discorrendo sobre a precariedade do que chamamos vida e seus enquadramentos.

Desta forma, segundo Butler (2015, p. 53), “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas ‘destrutíveis’ e ‘não passíveis de luto’”. Portanto, há vidas reconhecidas como tal, as vidas que importam, as que são passíveis de luto, mas há, precisamente, as vidas precárias que não importam, aquelas que não serão choradas, aquelas que são menos vida, ainda que estejam contidas em um ser vivo, mas portanto, não-humano, abjeto.

Assim, é a política de morte, enquanto política de racismo do Estado, induzida em direção a determinados grupos populacionais descartáveis e invisíveis em seus corpos, vidas e subjetividades que tem sido imposta pela ordem social do capital, como negros, quilombolas, indígenas, ciganos, favelados e, no nosso caso, LGBTQI+. Com “a destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2014, p. 17), reside as vidas precárias e lixadas (DUARTE, 2020a).

Ao tematizar o conceito de necropolítica, Mbembe (2018) foca nas formas de controle sobre a vida humana na sociedade contemporânea. Segundo o autor, “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (MBEMBE, 2018, p. 5).

Desta forma, a morte ou a aniquilação do outro não se limita ao corpo, mas na impossibilidade de viver uma vida com dignidade, com garantia de direitos e com políticas públicas, na condição da dignidade

humana e seu processo civilizatório. Portanto, é nisso que reside a precarização da vida na sua expressão estrutural e normativa para as condições de vida, trabalho, emprego, renda, saúde, moradia etc., mas também pelas expressões de gênero, sexualidade, raça e classe.

A necropolítica, assim, também se relaciona ao não reconhecimento dos sujeitos LGBTQI+ como sujeitos de direitos, pois o que esses demandam ao Estado, é a proteção e a segurança à vida. Esse mesmo Estado que deveria garantir a proteção social, frente as normativas jurídico-legais, apesar de frágeis e precárias, mas o que se tem é uma ausência de políticas públicas de LGBTQI+, ainda mais no momento presente, reforçadas, estruturalmente, pela política de morte que caracteriza a biopolítica contemporânea em contexto ultraneoliberal.

Resultados e discussão

Para fins de tratamento e análise das questões e demandas que LGBTQI+ apresentam ao CeR-LGBTQI+, tomamos, como referência, os relatórios de duas pesquisas sobre os efeitos da pandemia sobre LGBTQI+: a primeira, de âmbito internacional, organizada pela OutRight Action International (OAI, 2020) aponta a insegurança alimentar, as barreiras nos cuidados de saúde e acesso a medicamentos, aumento do desemprego, falta de moradia, diminuição no orçamento financeiro, desproteção social e diversos tipos de violência.

A segunda, em contexto nacional, elaborada pelo coletivo #VoteLGBT (2020), destaca-se como principais impactos: a piora na saúde mental, o afastamento da rede de apoio e a falta de fonte de renda. Isso corrobora com as análises e problematizações que, enquanto CeR-LGBTQI+, estamos experimentando e convivendo com as demandas que nos chegam, ainda mais a partir de um olhar interseccional sobre esses sujeitos.

Nesse sentido, podemos afirmar, a partir desses dados produzidos nos documentos acima, que a população LGBTQI+ está, sem dúvida, sofrendo em razão do próprio vírus, mas, muito mais pelos impactos da pandemia na queda da sobrevivência que estrutura suas existências subjetiva, social, econômica, política e sanitária.

De forma sintética, também acrescentamos outros elementos, no conjunto desses relatórios, quais sejam: a) o aumento dos casos de violência e assassinatos; b) expulsão de casa e violência doméstica por LGBTQI+ jovens; c) a ausência de redes familiar de apoio;

d) a ausência de abrigos para esse público; e) o aumento dos casos de ideação suicida, suicídios, depressão e ansiedade; f) as perdas de empregos e com maioria na informalidade, refletindo na falta de renda; g) as interrupções e barreiras no acesso aos cuidados de saúde, incluindo medicamentos, exames e tratamentos, como a hormonioterapia, no caso do processo transexualizador, além da resistência na busca por atendimento de saúde por causa da discriminação e estigmatização, ainda mais no contexto de pandemia.

A partir desse conjunto de questões e demandas, acrescenta-se a ausência de políticas públicas de LGBTQI+. Portanto, nesse sentido e no contexto da pandemia da COVID-19, tem se apostado e reforçado, por um lado, nas inúmeras redes informais de solidariedade e apoio, como resistência. Por outro, observa-se, não sem reação, a impunidade das respostas do Estado, frente ao colapso na saúde, ainda mais nessa terceira onda da pandemia, mais violenta do que a primeira, com uma variante do vírus mais agressivo, sem cobertura vacinal adequada, com publicações de fake news e mesmo em um intervalo de ausência do benefício emergencial do governo federal, tem-se agora uma quantia radicalmente reduzida.

Assim, é importante registrar e ressaltar a estratégia da rede informal de solidariedade, apoio e de afetos de parcela da comunidade LGBTQI+ e parceiros para sustentação da existência e sobrevivência de LGBTQI+ durante a pandemia da COVID-19 frente a precaridade e resposta de políticas públicas para essa população. Assim, através do Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) da Universidade Federal de Juiz de Fora, em colaboração com a ação de ativistas que compõem seus quadros, desde março de 2020 até o presente momento, emerge a Campanha TranSolidariedade que vem atendendo a um público de quase 30 (trinta) trabalhadoras sexuais transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora, desenvolvendo diversas ações, tais como:

- a. o recebimento e o fornecendo de cestas básicas;
- b. a recepção e a distribuição dos kits de higiene e limpeza;
- c. a arrecadação financeira virtual (“vaquinha”) e distribuição de pequenas quantias em dinheiro, principalmente, no interstício entre o decreto de fechamento do comércio local com o isolamento social e a promulgação da lei de benefício emergencial, que teve mais adesão. Nos outros meses sequenciais, a arrecadação começou a diminuir;

- d. o cadastramento em ficha própria dessas mulheres transvestigêneres trabalhadoras de sexo;
- e. criação de um grupo no *WhatsApp*, que favoreceu as orientações sociais, uma outra frente, de direitos em geral, mas sobretudo, em relação aos benefícios socioassistenciais governamentais do governo federal, especialmente, o Programa de Auxílio Emergencial ao Cidadão, que uma parcela significativa conseguiu receber, mas uma outra parcela, ainda tem problemas e pendências com relação aos documentos e registros civis, o básico da cidadania.

Esse conjunto de ações veio reforçar e demonstrar como as redes de solidariedade e proteção social informais são importantes nas vidas precárias de LGBTQI+, enquadradas entre aquelas que não merecem ser protegidas.

Contudo, por outro lado, nesse mesmo contexto pandêmico, a questão sobre o isolamento social para as transvestigêneres não é uma novidade, do ponto de vista estratégico e de sobrevivência, tendo em vista que uma saída à rua pode ser fatal no país que mais mata essas pessoas no mundo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), apesar da criminalização da homo-transfobia recente no Brasil.

Portanto, assim como o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que edifica a formação social brasileira, compreende-se, aqui, que a LGBTQIfobia também é um fenômeno dessa ordem, na medida em que,

ser LGBTQ+ é enfrentar uma estrutura que não foi pensada para a existência desta população. Muitas vezes é um desafio que se configura em estar exposto a diversos tipos de sofrimento para ter garantida sua dignidade e o respeito de sua existência como possível, legítima e real (AGUIAR; BENEVIDES, 2018, p. 43).

É neste sentido que a pandemia da COVID-19, para as vidas LGBTQI+, vem aprofundar os enquadramentos, no sentido do controle social, e não do reconhecimento ontológico da diferença, para que o Estado possa exercer o poder de quem deve viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2018). Assim, são esses sujeitos e seus corpos, inclusive em sua interseccionalidade, no contexto da necropolítica ultraneoliberal, que não precisam ser protegidos, na medida em que não são enlutáveis, são descartáveis, lixáveis e descartáveis.

Considerações finais

Muitas dessas demandas e questões não são simples de acolher e resolver, ainda mais nessa conjuntura pandêmica, com ofensivas anti-gênero (PRADO; CORREA, 2018) e anti-LGBTQI+, que marcam o conservadorismo contemporâneo. É nesse bojo, portanto, que emerge uma rede informal de solidariedade presencial, muito em decorrência de ativistas locais, em parte voluntários, frente a esse processo de sucateamento das vidas precárias que se impõem as pessoas LGBTQI+.

Destaca-se aqui, a Campanha TranSolidariedade, voltada para as transvestigêneres trabalhadoras de sexo, em situação de rua. Essas meninas não podem mais trabalhar nas ruas, frente ao contexto do contágio, prejudicando sua sobrevivência ainda mais precarizada e sem proteção social das políticas sociais, como os benefícios sociais, reforçando a lógica perversa da exclusão, da vulnerabilidade e de uma vida não-cidadã.

É público e notório a ausência de políticas públicas de Estado para LGBTQI+, nesse processo histórico em que as dissidências sexuais sempre se encontraram, com suas (re)existências coletivas, frente a invisibilização, silenciamento e aniquilamento por parte do Estado brasileiro que se expressa pela sua não responsabilização, de omissão de fato, em viabilizar de forma concreta e efetiva, a defesa, a cidadania e os direitos de LGBTQI+.

Assim, na atual conjuntura, com a ascensão dos setores conservadores e na fase atual do capital, com o ultraliberalismo, os sentidos anti-LGBTQI+ estão visivelmente presentes nos espaços de gestão pública. É nessa nova configuração da governamentalidade, associada as ofensivas antigênero e LGBTQI+, com forte conteúdo fundamentalista e de extrema-direita que escancaram que a LGBTQIfobia é estruturante e estrutural, e sempre foi, assim como o racismo e o cisheterossexismo.

Em tempos de pandemia, sujeitos LGBTQI+ também sofrem devido ao próprio vírus, mas muito mais, nessa conjuntura das crises sanitária, política, econômica e ética, no contexto do Estado ultraneoliberal genocida, com sua necropolítica e discurso de ódio às diferenças, pelo impacto direto na queda da sobrevivência que estruturam suas existências subjetiva, social, econômica, cultural e política.

Desta forma, a pandemia da COVID-19 vem expor sem desfaçatez o projeto de poder em curso, no contexto dos ditames do capitalismo ultraneoliberal e de sua sociabilidade, tanto nos aspectos econômicos e políticos, mas também nas políticas sexuais, pautadas no cis-hétero-sexismo-normativo-terrorista-racista, como na radicalidade das desigualdades socio-raciais, o que depõe, na cena pública, o projeto político de desdemocracia e de precariedade da vida que atinge radicalmente ao conjunto da população brasileira, produzindo diversas vulnerabilidades, violências e mortes.

Resistir a esse momento histórico de negação, retrocessos e desmontes dos direitos e das políticas sociais, só tem sido possível, no âmbito das práticas sociais, na forma da rede de solidariedade, apoio e afeto, na invenção coletiva de sentidos no cotidiano e na aposta de possíveis alianças para “adiar o fim do mundo”. Conjuguar as lutas anti-capitalista, anti-LGBTQIfobia, anti-cisheterossexismo e antirracismo dentre outras é necessária, ainda mais em perspectivas interseccional, descolonial e emancipadora. É urgente coproduzir impactos estruturais na vida e nos corpos dos sujeitos sociais e singulares, na intenção de um outro projeto de humanidade, por outras esferas de relações sociais e de poder na esfera pública e privada, um outro mundo é possível. Afinal, “tudo, tudo, tudo que nós tem é nós” (EMICIDA, 2019).

Agradecimentos

Este espaço não cabe para nomear a todas as pessoas que construíram o Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) da UFJF. Sendo assim, registramos aqui nosso reconhecimento a todas/os/es envolvidas/os/es, como estudantes de graduação e pós-graduação bolsistas e voluntários, docentes, profissionais e ativistas voluntários e colaboradores e muitas parcerias para materializar todas e possíveis atividades do referido programa de extensão da UFJF, nesses quase dois anos de atuação na cidade de Juiz de Fora.

Referências

AGUIAR, M. E.; BENEVIDES, B. LGBTQifobia estrutural: a violência e o assassinato consentido pelo não reconhecimento da cidadania da população LGBTI+. In: BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.).

Dossiê sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular; ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BORRILLO, D. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, J. **Corpos que importam:** os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019a.

BUTLER, J. **Vida precária:** os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

BUTLER, J. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CURIEL, O. Ochy Curiel e o feminismo decolonial. [Entrevista concedida a] Ana Paula Procópio da Silva, Magali da Silva Almeida e Renata Gonçalves. **Em Pauta:** teoria social e realidade contemporânea – Revista da FSS/UERJ. Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 269-277, jul./dez., 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52020/34475>>. Acesso em: 13 maio. 2021.

DUARTE, M. J. de O. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. In:

OLIVEIRA, A. D. (Org.). **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas; Papel Social, 2020a.

EMICIDA. **Principia**. Álbum Amarelo. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Suporte (5':55").

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 editora, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

OUTRIGHT ACTION INTERNATIONAL - OAI. **Vulnerability amplified**: the impact of the COVID-19 pandemic on LGBTIQ people. New York: OutRight Action International, 2020.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez., 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a03.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VOTE LGBT+. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia**: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. Disponível em: <<https://www.votelgbt.org/>>. Acesso em 01 abr. 2021.